

Concurso Público do Instituto Federal de Sergipe para provimento dos cargos efetivos de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

ENGENHARIA CARTOGRÁFICA OU AGRIMENSOR

CADERNO DE QUESTÕES

21/07/2024

DISCIPLINA	QUESTÕES
Legislação	01 a 30
Conhecimentos Específicos	31 a 60

SOMENTE ABRA ESTE CADERNO QUANDO AUTORIZADO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

Atenção: Transcreva no espaço designado da sua FICHA DE IDENTIFICAÇÃO, com sua caligrafia usual, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, a seguinte frase:

Papai plantou tâmaras, mas nunca as comeu.

1. Quando for autorizado abrir o caderno de questões, verifique se ele está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas. Se isso ocorrer, solicite outro exemplar ao fiscal de sala.
2. Este caderno é composto por questões de múltipla escolha. Cada questão de múltipla escolha apresenta quatro alternativas de respostas, das quais apenas uma é a correta.
3. O cartão-resposta é personalizado e não será substituído em caso de erro no preenchimento. Ao recebê-lo, confira se seus dados estão impressos corretamente. Se houver erro de impressão, notifique o(a) fiscal de sala.
4. Preencha, integralmente, um alvéolo por questão, utilizando caneta de tinta AZUL ou PRETA, fabricada em material transparente. A questão deixada em branco, com rasura ou com marcação dupla terá pontuação ZERO.

CONCURSO PÚBLICO

QUESTÃO 01

Conforme a Lei nº 8.112/90, o auxílio-reclusão será destinado, em caso de afastamento por motivo de prisão em flagrante ou preventiva,

- (A) ao detento servidor ativo, com valor correspondente a dois terços da remuneração.
- (B) ao detento servidor ativo, com valor correspondente à metade da remuneração.
- (C) à família do servidor ativo, com valor correspondente a dois terços da remuneração.
- (D) à família do servidor ativo, com valor correspondente a três quartos da remuneração.

QUESTÃO 02

Conforme a Lei nº 8.112/90, consideram-se dependentes econômicos para efeito de percepção do salário-família

- (A) o cônjuge ou companheiro e os filhos, inclusive os enteados até 21 anos de idade ou, se estudante, até 24 anos ou, se inválido, de qualquer idade.
- (B) o cônjuge ou companheiro e os filhos, inclusive os enteados até 18 anos de idade ou, se estudante, até 21 anos ou, se inválido, de qualquer idade.
- (C) o menor de 18 anos que, mediante autorização judicial, viver na companhia e às expensas do servidor, ou do inativo.
- (D) o menor de 21 anos que, mediante autorização administrativa, viver na companhia e às expensas do servidor, ou do inativo.

RASCUNHO**QUESTÃO 03**

De acordo com a Lei nº 14.230/21, o sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa tutelar a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções, como forma de assegurar a integridade do patrimônio público e social. Nesse sentido,

- (A) independentemente de integrar a administração direta, estão sujeitos às sanções dessa Lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade pública cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra no seu patrimônio ou receita atual, limitado o ressarcimento de prejuízos, nesse caso, à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.
- (B) independentemente de integrar a administração indireta, estão sujeitos às sanções dessa Lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra no seu patrimônio ou receita atual, limitado o ressarcimento de prejuízos, nesse caso, à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.
- (C) na hipótese de integrar a administração indireta, estão sujeitos às sanções dessa Lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade pública cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra no seu patrimônio ou receita atual, limitado o ressarcimento de prejuízos, nesse caso, à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.
- (D) na hipótese de integrar a administração direta, deixam de estar sujeitos às sanções dessa Lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade pública cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra no seu patrimônio ou receita atual, limitado o ressarcimento de prejuízos, nesse caso, à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.

QUESTÃO 04

De acordo com a Lei nº 9.784/99, quando eivados de vício de legalidade, a Administração Pública deve

- (A) revogar os atos que tenham tais vícios.
- (B) bloquear os atos que tenham de vícios.
- (C) anular os atos que tenham tais vícios.
- (D) validar os atos que tenham tais vícios.

QUESTÃO 05

Segundo a Lei nº 12.527/2011, o dirigente máximo de cada órgão ou entidade da administração pública federal direta e indireta designará autoridade que lhe seja diretamente subordinada para, no âmbito do respectivo órgão ou entidade,

- (A) assegurar o descumprimento das normas relativas ao acesso à informação, de forma eficiente e adequada aos objetivos dessa lei.
- (B) monitorar a fiscalização do disposto nessa Lei e apresentar pareceres periódicos sobre o seu cumprimento.
- (C) ordenar as medidas indispensáveis à implementação e ao aperfeiçoamento das normas dessa lei.
- (D) orientar as respectivas unidades no que se refere ao cumprimento do disposto nessa Lei e seus regulamentos.

QUESTÃO 06

De acordo com o Decreto nº 7.724/12, constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público ou militar

- (A) divulgar, permitir a divulgação, acessar ou permitir acesso indevido à informação classificada em grau de sigilo ou a informação pessoal.
- (B) retirar o sigilo à informação para obter proveito pessoal ou de terceiros, ou para fins de ocultação de ato ilegal cometido por si ou por outrem.
- (C) liberar a revisão de autoridade superior competente informação classificada em grau de sigilo para beneficiar a si ou a outrem, ou em prejuízo de terceiros.
- (D) dispor ou adicionar, por qualquer meio, documentos concernentes a possíveis violações de direitos humanos por parte de agentes do Estado.

QUESTÃO 07

De acordo com o Decreto nº 9.830/19, o agente público somente poderá ser responsabilizado por suas decisões ou opiniões

- (A) técnicas se agir ou se omitir com culpa, direto ou eventual, ou cometer erro grosseiro, no desempenho de suas funções.
- (B) técnicas se agir ou se omitir com dolo, direto ou eventual, ou cometer erro grosseiro, no desempenho de suas funções.
- (C) políticas se agir ou se omitir com dolo, indireto ou eventual, ou cometer erro grosseiro, no desempenho de suas funções.
- (D) políticas se agir ou se omitir com dolo, indireto ou eventual, ou cometer erro sutil, no desempenho de suas funções.

QUESTÃO 08

De acordo com a Constituição Federal de 1988, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se

- (A) a liberdade de manifestação de pensamento, assegurando-se o anonimato daquele que divulga informações por meios eletrônicos.
- (B) a violabilidade da liberdade de consciência e de crença, sendo restrito o livre exercício dos cultos religiosos.
- (C) a inviolabilidade da intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, excluindo-se o direito a indenização pelo dano material.
- (D) a liberdade da expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.

QUESTÃO 09

No que tange aos direitos sociais estabelecidos na Constituição Federal de 1988, todo

- (A) brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária.
- (B) brasileiro ou estrangeiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica, garantida pelo poder privado em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária.
- (C) cidadão brasileiro em situação de miséria social terá direito a emprego, garantido pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária.
- (D) cidadão brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a emprego, garantido pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, sem as vedações da legislação fiscal e orçamentária.

QUESTÃO 10

Leia o texto a seguir.

A autoridade máxima da Constituição, reconhecida pelo constitucionalismo, vem de uma força política capaz de estabelecer e manter o vigor normativo do Texto. Essa magnitude que fundamenta a validade da Constituição, desde a Revolução Francesa.

GONET, Paulo; Mendes, Gilmar. *Curso de Direito Constitucional*. 7ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 156.

Essa é conhecida com o nome de poder

- (A) constitucional de reforma.
- (B) constitucional de revisão.
- (C) constituinte originário.
- (D) constituinte derivado.

QUESTÃO 11

Conforme a Constituição Federal de 1988, o alistamento eleitoral e o voto são facultativos para

- (A) os brasileiros analfabetos funcionais.
- (B) os cidadãos maiores de setenta anos.
- (C) os brasileiros maiores de vinte e um anos.
- (D) os cidadãos menores de dezesseis anos.

QUESTÃO 12

A Comissão de Ética Pública atua como instância consultiva do Presidente da República e Ministros de Estado. Em matéria de ética pública, a Comissão de Ética Pública, do Governo Federal, é composta de

- (A) 5 representantes.
- (B) 6 representantes.
- (C) 7 representantes.
- (D) 8 representantes.

QUESTÃO 13

De acordo com a doutrina e com as normas constitucionais, é um princípio implícito do direito administrativo o princípio da

- (A) legalidade.
- (B) moralidade.
- (C) eficiência.
- (D) autotutela.

QUESTÃO 14

De acordo com a teoria dos elementos dos atos administrativos, tipicidade é

- (A) o estabelecimento normativo, por lei, do poder de ação do agente dentro do qual podem os agentes exercer legitimamente sua atividade.
- (B) a autoridade hierarquicamente superior que atrai para sua esfera a prática de ato da competência natural.
- (C) a vontade emanada por agente público que estabelece as prioridades na gestão da esfera pública.
- (D) o interesse público preponderante para a escolha das prioridades administrativa da gestão pública.

QUESTÃO 15

Leia o texto a seguir.

Um servidor requer suas férias para determinado mês, pode o chefe da repartição indeferi-las sem deixar expreso no ato o motivo; se, todavia, indefere o pedido sob a alegação de que há falta de pessoal na repartição, e o interessado prova que, ao contrário, há excesso, o ato estará viciado no motivo.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*. 28ª Edição. São Paulo: Atlas, 2015, p. 119.

O doutrinador supracitado está se referindo à teoria

- (A) da primazia do interesse público.
- (B) das nulidades administrativas.
- (C) dos motivos determinantes.
- (D) da norma fundamental.

RASCUNHO

QUESTÃO 16

Leia o caso a seguir.

Imagine que uma universidade pública, chamada Universidade X, recebeu uma verba federal destinada à melhoria dos laboratórios de pesquisa de suas faculdades de ciências exatas. Essa verba foi claramente definida em um decreto federal, especificando que deve ser utilizada exclusivamente para a compra de equipamentos de pesquisa e a renovação dos espaços laboratoriais dessas faculdades. O reitor da Universidade X, ao receber essa verba, decide utilizá-la para construir um complexo esportivo universitário. Sua justificativa é que o complexo esportivo trará benefícios à saúde e ao bem-estar dos estudantes, além de atrair novos alunos, aumentando assim a verba da universidade, que poderá, eventualmente, ser aplicada na melhoria dos laboratórios.

Elaborado pelo(a) autor(a).

O ato administrativo do reitor de utilizar a verba destinada aos laboratórios para construir um complexo esportivo caracteriza uma hipótese de aplicação da anulação de ato, por ser um caso de

- (A) vício de forma.
- (B) incompetência.
- (C) ilegalidade do objeto.
- (D) desvio de finalidade.

QUESTÃO 17

Analise o caso a seguir.

O reitor da Universidade Federal Y deseja delegar a um dos pró-reitores a responsabilidade de gerir todos os contratos de prestação de serviços de limpeza e segurança no *campus*. No entanto, essa delegação precisa garantir que não haja usurpação de funções e que todas as atribuições estejam devidamente legalizadas e publicadas.

Elaborado pelo(a) autor(a).

Com base no caso apresentado, qual conceito do Direito Administrativo se refere ao conjunto de atribuições das pessoas jurídicas, órgãos e agentes, estabelecidas pelo direito positivo?

- (A) Jurisdição.
- (B) Vinculação.
- (C) Competência.
- (D) Poder de polícia.

QUESTÃO 18

Pode ser objeto de delegação em um órgão público federal

- (A) a administração financeira.
- (B) a edição de atos de caráter normativo.
- (C) a decisão de recursos administrativos.
- (D) as matérias de competência restrita do órgão ou autoridade.

QUESTÃO 19

Para a configuração do ato de improbidade administrativa se exige

- (A) a omissão.
- (B) o ato doloso.
- (C) a conduta culposa.
- (D) a existência do dano.

QUESTÃO 20

Veja o caso a seguir.

Uma pessoa foi aprovada em um concurso público para o cargo de professor universitário em uma universidade federal. Após ser nomeada e tomar posse, ela foi informada que seu regime de trabalho é estatutário, conforme estabelecido pela legislação federal. Durante sua posse, a pessoa sugeriu algumas modificações no seu regime de trabalho, como horários flexíveis e benefícios adicionais, propostas que foram inicialmente aceitas pela administração.

Elaborado pelo(a) autor(a).

Com base no regime jurídico dos servidores públicos e nas normas de ordem pública, qual é o desfecho juridicamente adequado para o caso acima?

- (A) As modificações sugeridas podem ser implementadas, desde que haja acordo entre a pessoa e a administração.
- (B) A administração pode aceitar as sugestões da pessoa desde que estas respeitem diretamente a legislação federal.
- (C) A pessoa está impedida de modificar seu regime de trabalho porque seu contrato individual de trabalho, regido pela legislação trabalhista, proíbe flexibilizar as regras.
- (D) As normas do regime estatutário são cogentes e são impedidas de serem modificadas por acordo entre a pessoa e a administração, mesmo com a concordância de ambas as partes.

QUESTÃO 21

Os Institutos Federais, pertencentes à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, no desenvolvimento de suas ações acadêmicas, em cada exercício, deverão garantir metade de suas vagas para atenderem o objetivo de ministrar

- (A) em nível de educação superior cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia.
- (B) educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos.
- (C) cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica.
- (D) em nível de educação superior cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional.

QUESTÃO 22

É um critério que pode ser considerado na avaliação especial de desempenho do docente em estágio probatório:

- (A) a avaliação pelos discentes, conforme normatização própria da IFE.
- (B) a avaliação periódica da aptidão física dos docentes, incluindo testes de resistência, força, flexibilidade e saúde geral.
- (C) a avaliação da capacidade administrativa e de gestão dos docentes, incluindo a gestão de projetos, orçamentos e equipes.
- (D) a avaliação na participação e liderança em atividades extracurriculares, como clubes, eventos culturais ou esportivos organizados pela universidade.

QUESTÃO 23

No âmbito da educação profissional e tecnológica, regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o percurso formativo estruturado de forma a permitir o aproveitamento incremental de experiências, certificações e conhecimentos desenvolvidos ao longo da trajetória individual do estudante é chamado de

- (A) exame supletivo.
- (B) formação contínua.
- (C) itinerário contínuo.
- (D) aprendizagem profissional.

QUESTÃO 24

Leia o texto a seguir.

Segundo o último relatório de monitoramento da lei [Plano Nacional da Educação], feito pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em 2022, o investimento brasileiro em educação chegava a 5,5% do PIB, e o investimento público em educação pública, a 5% do PIB, "bem distantes das metas estabelecidas no PNE. Esses resultados apontam para uma grande dificuldade dos entes em aumentar o orçamento destinado à educação", diz o texto do Inep.

Disponível em: <<https://agenciabrasil.etc.com.br/educacao/noticia/2023-09/brasil-investe-menos-em-educacao-que-paises-da-ocde>>. Acesso em: 21 jun. 2024.

O relatório do Inep demonstra a dificuldade do Brasil de conquistar a meta nº 20 do Plano Nacional da Educação (PNE), atualmente em vigor. Qual é a meta de ampliação do investimento público em educação pública, em porcentagem, equivalente ao Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro no final do decênio de vigência da lei que institui o PNE?

- (A) 8%.
- (B) 10%.
- (C) 12%.
- (D) 14%.

QUESTÃO 25

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, é possível haver a certificação profissional para fins de exercício profissional e de prosseguimento ou conclusão dos estudos, por meio do reconhecimento dos saberes adquiridos na Educação Profissional e Tecnológica e no trabalho mediante

- (A) exame de proficiência.
- (B) certificação de experiência anterior.
- (C) programa de aprendizagem baseada no trabalho.
- (D) avaliação e reconhecimento de saberes e competências.

QUESTÃO 26

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), interstício 2020-2024, classifica o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS) como uma instituição pluricurricular. Esse atributo diz respeito

- (A) à diversidade de ofertas de currículos.
- (B) às atividades adicionais que complementam o currículo principal.
- (C) às atividades ou cursos que estão fora do currículo escolar oficial e são opcionais.
- (D) à integração e à interação entre diferentes disciplinas para abordar um problema de forma conjunta.

QUESTÃO 27

Leia o caso a seguir.

J. é um servidor público federal que, após uma investigação pela Comissão de Ética de sua instituição, foi considerado culpado por uma conduta inapropriada no ambiente de trabalho. A comissão elaborou um parecer detalhado sobre o caso, no qual todos os integrantes da comissão assinaram, fundamentando a decisão de aplicar a penalidade cabível.

Elaborado pelo(a) autor(a).

Tendo como base o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, qual tipo de penalidade poderá ser aplicada a J.?

- (A) Multa.
- (B) Censura.
- (C) Suspensão.
- (D) Advertência.

QUESTÃO 28

Qual é o princípio constitucional da administração pública que quando exercido estará diretamente ligado ao fortalecimento do controle social?

- (A) Boa-fé.
- (B) Eficiência.
- (C) Publicidade.
- (D) Impessoalidade.

QUESTÃO 29

A especialidade das atividades de educação desenvolvidas, a criação por lei, a capacidade de autoadministração e a sujeição à tutela do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS) são características que o classificam como uma

- (A) agência.
- (B) autarquia.
- (C) fundação.
- (D) paraestatal.

QUESTÃO 30

A divisão da responsabilidade com a educação no Brasil, que se reparte entre Municípios, Estados e União, é um exemplo de política pública

- (A) regulatória.
- (B) distributiva.
- (C) constitutiva.
- (D) redistributiva.

RASCUNHO

QUESTÃO 31

A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, assegurando o atendimento das necessidades

- (A) das organizações de bairro, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas.
- (B) dos cidadãos quanto à qualidade das construções, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas.
- (C) dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas.
- (D) das organizações políticas, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas.

QUESTÃO 32

O plano diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de

- (A) tributação e expansão urbana.
- (B) valoração e expansão urbana.
- (C) expropriação e expansão urbana.
- (D) desenvolvimento e expansão urbana.

QUESTÃO 33

O plano diretor é obrigatório para cidades com mais de

- (A) vinte mil habitantes.
- (B) quinze mil habitantes.
- (C) dez mil habitantes.
- (D) mil habitantes.

QUESTÃO 34

Os tributos sobre imóveis urbanos, assim como as tarifas relativas a serviços públicos urbanos, serão diferenciados em função do interesse

- (A) concessionário.
- (B) imobiliário.
- (C) privado.
- (D) social.

QUESTÃO 35

Pela Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, os lotes terão área mínima de

- (A) 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados).
- (B) 125m² (cento e vinte e cinco metros quadrados).
- (C) 50m² (cinquenta metros quadrados).
- (D) 25m² (vinte e cinco metros quadrados).

QUESTÃO 36

Não será permitido o parcelamento do solo em terrenos com declividade igual ou superior a

- (A) 60% (sessenta por cento), salvo se atendidas exigências específicas das autoridades competentes.
- (B) 40% (quarenta por cento), salvo se atendidas exigências específicas das autoridades competentes.
- (C) 30% (trinta por cento), salvo se atendidas exigências específicas das autoridades competentes.
- (D) 20% (vinte por cento), salvo se atendidas exigências específicas das autoridades competentes.

QUESTÃO 37

A prefeitura municipal, ou o Distrito Federal quando for o caso, indicará, nas plantas apresentadas junto com o requerimento, de acordo com as diretrizes de planejamento estadual e municipal,

- (A) as divisas da gleba a ser loteada.
- (B) o traçado básico do sistema viário principal.
- (C) o tipo de uso predominante a que o loteamento se destina.
- (D) as características, dimensões e localização das zonas de uso contíguas.

QUESTÃO 38

O registro do loteamento só poderá ser cancelado por

- (A) decisão judicial.
- (B) organização ambiental.
- (C) requisição comunitária.
- (D) entidades fiscalizadoras.

QUESTÃO 39

O erro cometido no total das operações de um nivelamento geométrico em poligonal aberta é determinado

- (A) por quilômetros nivelados.
- (B) por leituras com o nível na posição direta e inversa.
- (C) por soma algébrica das diferenças de nível parciais, a qual deve ser nula.
- (D) por outro nivelamento feito em sentido contrário, denominado contranivelamento.

QUESTÃO 40

Qual é o nome do dispositivo que, acoplado à luneta do nível, permite ler, com precisão, a fração da mira?

- (A) Placa plano-paralela.
- (B) Barra de paralaxe.
- (C) Clinômetro.
- (D) Altimetro.

QUESTÃO 41

A NBR 13133 (ABNT 1994) estabelece que, para evitar os efeitos do fenômeno de reverberação, as visadas devem situar-se acima de

- (A) 0,100 m do solo.
- (B) 0,500 m do solo.
- (C) 1,500 m do solo.
- (D) 2,100 m do solo.

QUESTÃO 42

A NBR 13133 (ABNT 1994) estabelece que as referências de nível do apoio topográfico devem ter as suas altitudes ou cotas assinaladas até o

- (A) centímetro, se estas foram obtidas por nivelamento e contranivelamento geométrico, e até o milímetro, se por nivelamento trigonométrico.
- (B) milímetro, se estas foram obtidas por nivelamento e contranivelamento geométrico, e até o decímetro, se por nivelamento trigonométrico.
- (C) centímetro, se estas foram obtidas por nivelamento e contranivelamento geométrico, e até o decímetro, se por nivelamento trigonométrico.
- (D) milímetro, se estas foram obtidas por nivelamento e contranivelamento geométrico, e até o centímetro, se por nivelamento trigonométrico.

QUESTÃO 43

No AutoCAD, qual é o sistema de coordenadas que indica a posição de um objeto relativa aos eixos X e Y, podendo ser rotacionado ou movido?

- (A) WCS.
- (B) CCR.
- (C) UCS.
- (D) CPR.

QUESTÃO 44

No AutoCAD, qual é o comando utilizado para criar linhas paralelas compostas?

- (A) MLINE.
- (B) PLINE.
- (C) SPLINE.
- (D) XLINE.

QUESTÃO 45

No AutoCAD, qual é o comando que permite copiar todas as características de um objeto que tenham sido totalmente definidas no desenho (cor, tipo de linha, *Layer* etc) para outros objetos?

- (A) *Filter Properties*.
- (B) *Layer Properties*.
- (C) *Quick Properties*.
- (D) *Match Properties*.

QUESTÃO 46

As elevações e as depressões isoladas do terreno distinguem-se, graficamente, pelo envolvimento das curvas de nível. Quando as curvas de nível de menor valor envolvem as de maior valor, trata-se de uma

- (A) depressão.
- (B) elevação.
- (C) planície.
- (D) grotá.

QUESTÃO 47

O sistema UTM é usado entre quais latitudes?

- (A) 78°N e 80°S.
- (B) 80°N e 84°S.
- (C) 80°N e 78°S.
- (D) 84°N e 80°S.

QUESTÃO 48

As projeções conformes são as que não

- (A) deformam as áreas, isto é, as áreas na carta guardam uma relação constante com as suas correspondentes na superfície da Terra.
- (B) deformam os ângulos e, decorrente dessa propriedade, não deformam também a forma das pequenas áreas.
- (C) apresentam deformações lineares, isto é, os comprimentos são representados em escala uniforme.
- (D) apresentam distorções nos círculos máximos que passam pelo ponto de tangência.

QUESTÃO 49

As distâncias de visibilidade básicas consideradas para o projeto rodoviário são as distâncias de visibilidade de

- (A) parada, tomada de decisão e ultrapassagem.
- (B) vertical, tomada de decisão e uniforme.
- (C) noturna, horizontal e ultrapassagem.
- (D) uniforme, horizontal e noturna.

QUESTÃO 50

Uma curva de transição adequadamente projetada fornece uma trajetória natural para os veículos em que

- (A) os raios mínimos de curvatura horizontal podem ser percorridos com a variação máxima da aceleração centrífuga.
- (B) a largura da pista mantenha a distância mínima entre veículos que exista no trecho em tangente.
- (C) os acréscimos resultantes do greide negativo permita manter a superelevação na curva.
- (D) a força centrífuga cresce gradualmente na passagem da tangente para a curva circular.

QUESTÃO 51

A velocidade diretriz ou velocidade de projeto é a

- (A) soma das distâncias percorridas pela somatória dos tempos de percurso impostas pelas características geométricas, representando a velocidade média do percurso.
- (B) maior velocidade com que um trecho viário pode ser percorrido com segurança, quando o veículo estiver submetido apenas às limitações impostas pelas características geométricas.
- (C) velocidade representativa das condições operacionais realmente ocorrentes no trecho.
- (D) fração da velocidade média em função do volume de tráfego e os tempos de percurso.

QUESTÃO 52

Ao realizar um levantamento topográfico efetuando a medida da distância pelo método da taqueometria, aplicando o princípio da estadimetria, o número gerador é obtido através da diferença

- (A) entre a distância do retículo ao centro da objetiva e a distância do centro da objetiva ao ponto focal.
- (B) do ângulo vertical lido com a luneta na posição direta e inversa.
- (C) de leituras sobre a mira dos fios superior FS e inferior FI.
- (D) da constante aditiva e multiplicativa.

QUESTÃO 53

O método de levantamento planimétrico que consiste em medir de um ponto os ângulos formados pelas visadas dirigidas a três outros pontos de posição conhecida e determinar suas coordenadas (a sua posição) é denominado

- (A) Problema de Hansen.
- (B) Problema de Pothénot.
- (C) Problema de Poncelet.
- (D) Problema de Simpson.

QUESTÃO 54

De conformidade com as circunstâncias em que se opera no terreno e com o seu objetivo, o levantamento topográfico pode ser classificado em:

- (A) expedito; comum; preciso.
- (B) batimétrico; cadastral; geodésico.
- (C) triangulação; irradiação; poligonação.
- (D) planimétrico; planialtimétrico; altimétrico.

QUESTÃO 55

Na topologia arco-nó, um nó pode ser definido como

- (A) um par ordenado (x, y) de coordenadas espaciais.
- (B) elemento adimensional pertencente ao plano limitado por uma ou mais linhas.
- (C) local onde ocorre a interseções de retas, semirretas ou segmentos especiais no triângulo.
- (D) o ponto de intersecção entre duas ou mais linhas, correspondente ao ponto inicial ou final de cada linha.

QUESTÃO 56

Um geo-objeto é

- (A) um elemento qualquer pertencente ao espaço geográfico, que pode ser representado num plano ou reticulado, dependente de uma projeção cartográfica.
- (B) uma representação da distribuição espacial de uma variável que possui valores em todos os pontos pertencentes a uma região geográfica.
- (C) um elemento único que possui atributos não espaciais e está associado a múltiplas localizações geográficas.
- (D) um objeto que não possui localizações espaciais associadas.

QUESTÃO 57

O mundo real é muito complexo para ser representado em sua totalidade em um ambiente computacional. Em face dessa impossibilidade, foi criado um modelo que permite traduzir o mundo real para o ambiente computacional. Essa representação pode ser vista como uma versão simplificada do mundo real, sendo denominado(a)

- (A) geometria primitiva da representação.
- (B) representação cartográfica digital.
- (C) paradigma dos quatro universos.
- (D) modelo digital da superfície.

QUESTÃO 58

A proteção contra o multicaminhamento (sinais refletidos) é normalmente efetivada com a instalação da antena receptora de sinais GPS sobre um disco de metal, ou pelo uso de

- (A) *choque ring*.
- (B) *microstrip*.
- (C) *spiral Helix*.
- (D) *monopole*.

QUESTÃO 59

O ToW (*Time of Week* – Tempo da Semana) é obtido a partir do

- (A) TLM (*Telemetry Word* – Palavra de telemetria).
- (B) DoP (*Dilution of Precision* – Diluição da Precisão).
- (C) HOW (*Hand Over Word* – Palavra de transmissão).
- (D) PRN (*Pseudo Random Noise* – Ruído Falsamente Aleatório).

QUESTÃO 60

O sistema GPS é composto de três segmentos:

- (A) estático, semicinemático e cinemático.
- (B) espacial, de controle e de usuário.
- (C) antena, receptor e coletora.
- (D) DGPS, PPP e NTRIP.

RASCUNHO